Revista Brasileira de Educação em Geografia
ISSN 2236-3904

APRENDENDO A ENSINAR ATRAVÉS DOS LIVROS: notas sobre a natureza e a produção dos manuais para professores (Brasil e em Portugal - 1870-1970)[1]

Vivian Batista da Silva [2]
vivianbs@yahoo.com

Rita de Cassia Gallego [3]
rita-gallego@hotmail.com

Paula Perin Vicentini [4]
paulavicentini@yahoo.com.br

Resumo
Este artigo pretende colaborar com os estudos sobre os manuais pedagógicos, tratando das origens, das finalidades e da natureza desses textos. O intuito é analisar as construções dos discursos relativos à arte e ao ofício de ensinar, examinando a formação, produção e o reconhecimento que os autores dos manuais pedagógicos tiveram no campo educacional. Ao tomar os livros didáticos como objeto de estudo, o presente dossiê é uma importante possibilidade para discutir uma modalidade mais específica de textos, aqueles destinados a ensinar os princípios e técnicas didáticas. Por essa finalidade eles são chamados aqui de "manuais pedagógicos". Como se tem ensinado aos professores os caminhos, as finalidades e os modos de ensinar seus alunos? Os manuais de metodologia de ensino específicas, dos quais os manuais de ensino de geografia são exemplares, remetem a questões curriculares próprias dos componentes curriculares aos quais se destinam. Mas todos eles, seja os de Pedagogia, Didática ou Metodologia de Ensino de uma dada matéria, comungam um modo de escrita e de finalidades comuns. São analisadas as construções dos discursos relativos à arte e ao ofício de ensinar, expondo-se a formação, produção e o reconhecimento que os autores dos manuais pedagógicos tiveram no campo educacional.

---

[1] Este texto retoma boa parte das observações apresentadas em comunicação no XVI Coloquio Nacional de Historia de la Educación, realizado em 2011 na cidade de El Burgo de Osma, tendo como tema geral a Arte y oficio de enseñar. Dos siglos de perspectiva histórica (Silva, 2011).

[2] Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Educação da USP. Endereço: Rua Adalberto Kurt, 665. CEP 05138-040. São Paulo/SP.

[3] Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Educação da USP. Endereço: Rua Marina Crespi, 195, ap. 2191, Mooca. CEP 03179070. São Paulo/SP.

[4] Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Educação da USP. Endereço: Rua Lisboa, 1173/ ap. 94. CEP 05413-001. São Paulo/SP.

Palavras-chave
Manual pedagógico, Professor, Autor, Educação.

LEARNING TO TEACH BY THE BOOKS: notes on the nature and production of manuals for teachers (Brazil and Portugal - 1870-1970)

Abstract
This article intends to collaborate with the studies on pedagogical manuals, addressing the origins , purposes and nature of these texts. The aim is to analyze the constructions of discourses related to art and craft of teaching , examining the formation , production and the recognition that the authors of teaching manuals were in the educational field. Taking the textbook as a study object, this dossier is an important opportunity to discuss a more specific type of texts, those designed to teach the principles and teaching techniques. For this purpose they are called here " pedagogical manuals". As has taught teachers the paths, the purposes and methods of teaching your students? Manuals for specific teaching methodology, including manuals of geography teaching are exemplary, refer to themselves curricular issues curricular components to which they are intended. But all of them, is the pedagogy, didactics and methodology of teaching of a given subject, they share a way of writing and common purposes. Constructions of discourses related to art and craft of teaching are analyzed , exposing themselves to training, production and the recognition that the authors of pedagogical manuals were in the educational field.

Keywords
Teaching manual, Teacher, Author, Education.

Como temos formado os futuros professores de geografia? Com quais recursos eles contam em sua formação inicial e no exercício do magistério para dar conta das finalidades desse ensino? Essa é a pergunta nuclear do presente artigo. Ao tratar dos livros didáticos ou manuais didáticos, como também podem ser chamados (Ossenbach e Somoza, 2001), todos os textos aqui reunidos procuram, de uma forma ou de outra, analisar os efeitos desses livros, entendidos como "tecnologias de ensino" estreitamente vinculados aos esforços de expansão e modernização da escola (Hamilton, 1989), que, desde o século XIX vem se constituindo em diversas partes do mundo, como parte dos projetos dos Estados-nação. A força dessa instituição pode ser medida pela sua progressiva e inegável expansão mundial (Meyer, Ramires, Soysal, 1992), implantando em diferentes países uma lógica racionalizada de ensino que, como bem explica David Hamilton (1989), pode ser comparada a uma "máquina de ensinar e de aprender". Os livros didáticos, nosso objeto principal de interesse, ocupam um lugar especial nessa lógica. Na maior parte das vezes, eles determinam o que os professores vão ensinar em sala. Ao se dirigirem às séries da escolarização básica, dando conta de diferentes disciplinas dos currículos, como é o caso da geografia, da matemática, da língua portuguesa ou da história, por exemplo, eles reúnem os conteúdos previamente indicados nos programas oficiais de ensino. Desenvolvem esses conteúdos, explicando-

os para serem lidos e aprendidos da mesma forma por todos os estudantes no decorrer das aulas (Correia e Silva, 2002).

Ao tomar os livros didáticos como objeto de estudo, o presente dossiê é uma importante possibilidade para discutir uma modalidade mais específica de textos, aqueles destinados a ensinar os princípios e técnicas didáticas. Por essa finalidade eles são chamados aqui de "manuais pedagógicos". Como se tem ensinado aos professores os caminhos, as finalidades e os modos de ensinar seus alunos? De fato, essa pergunta vem mobilizando uma série de trabalhos relativos à construção da escola, da Pedagogia, da Didática e da formação de professores (Roullet, 2001; Silva, 2005; Silva, 2001; Hegeto, 2014). Evidentemente, os manuais de metodologia de ensino específicas, dos quais os manuais de ensino de geografia são exemplares, remetem a questões curriculares próprias dos componentes curriculares aos quais se destinam. Mas todos eles, seja os de Pedagogia, Didática ou Metodologia de Ensino de uma dada matéria, comungam um modo de escrita e de finalidades comuns. O artigo que aqui se apresenta quer colaborar com as discussões sobre os manuais de ensino, tratando das origens, das finalidades e da natureza desses textos. O intuito é analisar as construções dos discursos relativos à arte e ao ofício de ensinar, examinando a formação, produção e o reconhecimento que os autores dos manuais pedagógicos tiveram no campo educacional. Os escritos que se seguem reúnem resultados de pesquisas já desenvolvidas sobre "manuais pedagógicos" (Vicentini e Silva, 2007; Silva e Gallego, 2011) publicados em Portugal e no Brasil desde 1870 até o início dos anos 1970 (Silva, 2005), quando as Escolas Normais, para as quais eles foram inicialmente dirigidos, foram transformadas nas chamadas Habilitações Específicas para o Magistério (Tanuri, 2000).

Interrogamos inicialmente: Quem escreveu manuais para formar professores na Escola Normal? Quais foram as trajetórias desses escritores? Eles poderiam ser chamados de "grandes autores" ou seria mais coerente tomá-los como "modestos escritores"? Trata-se de livros que, ao longo de um século, orientaram os professores primários no seu trabalho com os alunos. Esses textos começaram a ser publicados em períodos muito próximos em Portugal e no Brasil. O primeiro título encontrado data de 1870 e outras edições e reedições foram sendo produzidas até 1970, aproximadamente, quando esse tipo de livro passou por transformações significativas em seu conteúdo e materialidade. Ao longo desse período, os manuais pedagógicos foram amplamente utilizados pelos docentes em formação. Alguns títulos são exemplares: no Brasil, podemos mencionar a *Pedagogia e metodologia*, de Camilo Passalaqua, publicada em São Paulo em 1887; em Portugal, podemos

citar os *Elementos de pedagogia*, escritos por José Augusto Coelho e publicados em 1894. No período aqui estudado, entre os brasileiros foram editados 55 títulos e entre os portugueses foram editados 25 títulos, sem contar as reedições de muitos deles[5].

Os textos desses livros eram fáceis e acessíveis, pois visavam a iniciar os estudantes nas questões pedagógicas, reunindo e sintetizando o que se considerava ser o "melhor" da bibliografia usada no campo educacional. Isso nos conduz a interrogar se quem escreveu os manuais de ensino aproxima-se mais de um "autor" ou de um escritor que apenas resume idéias de outros autores. Se esses livros apresentaram-se na maior parte das vezes como textos modestos, que resumiram outras obras e nada tiveram de original, poderíamos afirmar a existência de "autores" de manuais pedagógicos? Antes de mais nada, o que se quer é eliminar a imagem de uma "figura romântica, magnífica e solitária do autor soberano" (Chartier, 1988, p.35). A autoria é uma ideia característica da modernidade (Foucault, 1992; Barthes, 1988; Chartier, 1988) e o seu significado apareceu em dicionários da língua francesa já em finais do século XVII, construindo representações muito em voga atualmente, que articulam uma pessoa às suas publicações impressas. Ora, como assinala Roger Chartier, o termo "autor" nem sempre foi aplicado a qualquer um que escreveu um texto. "Para 'erigir-se como autor', escrever não é suficiente; é preciso mais, fazer circular as suas obras entre o público, por meio da impressão" (1998, p.45). Quando analisou a lógica que vincula o texto e a pessoa que o assinou, Michel Foucault (1992) sublinha a "figura de autor" como uma categoria "sólida e fundamental" para o reconhecimento dado a um determinado discurso. "De tal forma que não basta afirmar: deixemos o escritor, e estudemos a obra em si mesma. A palavra 'obra' e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas como a individualidade do autor" (Foucault, 1992, p.39). Por isso, falar do nome de um "autor" não é falar do registro civil de um indivíduo, mas do seu lugar no espaço dos discursos que essa pessoa instaurou e fez circular, sempre em relação com outros livros, teorias, tradições, disciplinas e autores. Mas nesse campo discursivo alguns autores podem assumir um lugar particular, o dos *fundadores de discursividade*, indo para além da escrita de seus textos, inspirando a formação de outros discursos.

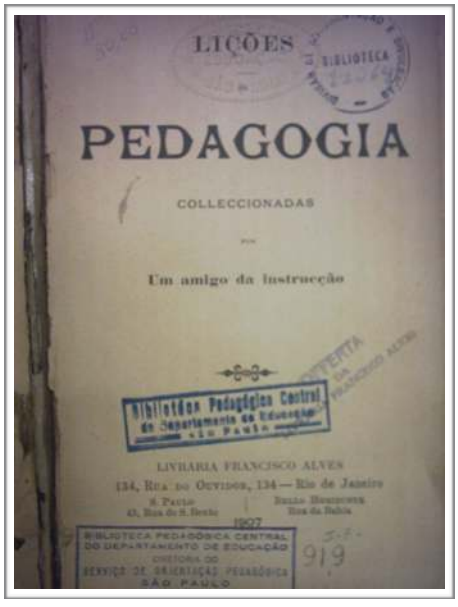
---

[5] A listagem completa dos manuais pedagógicos publicados no Brasil e em Portugal, entre 1870 e 1970 pode ser encontrada na tese que tomou o material como objeto e fonte de estudo (Silva,2005).

Sem dúvida, poderíamos identificar inúmeros "autores" no campo educacional, escritores cuja obra foi conhecida, legitimada e apropriada em outras produções da área. Os próprios manuais de ensino permitem notar esse movimento, pois nesses livros foram mencionadas, resumidas e explicadas as "principais" idéias do campo. Identificar quem foram os nomes mais citados nos manuais é chegar a um bom indício de quem fez parte do grupo de "autores" da Pedagogia. Os manuais fundaram determinados discursos sobre o ensino, traduzindo-os e dando-os a ler. Ao divulgarem as idéias dos "grandes autores" da educação, os manuais não se restringiram a uma mera repetição. Nesses textos, as idéias originais foram selecionadas, retomadas com outras palavras, seguiram uma lógica de explicação diferente. Alguns trechos da obra de um autor foram mais enfatizados, outros nem sequer foram mencionados. Outros trechos articularam-se com citações de outros autores, escolhidos para criar um sentido próprio do manual de ensino. Ao serem mencionadas, as vozes dos autores originais perderam-se de sua origem, adquiriram outros significados. Isso explica, por exemplo, porque John Dewey, um dos "autores" mais mencionados nos manuais pedagógicos portugueses e brasileiros ao longo de um século (considerando os anos compreendidos entre 1870 e 1970), foi apresentado de maneiras tão diversas no decorrer dos anos. Nas décadas iniciais do século XX, Dewey foi um nome recorrentemente citado na proposição de fundamentos democráticos para o ensino. A partir da década de 1950, esse autor continuou contando com um reconhecimento significativo, já que figurou com uma das citações mais recorrentes entre os manuais pedagógicos. Agora, contudo, seu nome e sua obra passam a ser mencionados para fundamentar o uso de determinados métodos didáticos (Silva, 2001). Se restringirmos os escritores dos manuais a signatários de obras "pouco originais" e "modestas" sobre "grandes autores", como eles mesmos afirmam em boa parte dos prefácios que apresentam os livros, poderíamos ocultar uma dimensão fundamental à natureza dos manuais pedagógicos, a de produção de sentidos relativamente novos no campo educacional. Em que medida, então, assinar um manual de ensino pode significar ser um autor? Na qualidade de livros escolares, os manuais de ensino tiveram sua origem em práticas de professores e alunos, quando eles anotaram tópicos de lições e fizeram circular tais manuscritos. Foi sobretudo durante os séculos XIX e XX que o livro escolar passou a constituir leitura obrigatória dos estudantes, em várias partes do mundo (Azevedo, 1945). O aparecimento dos manuais para professores datou de meados do século XIX em países "mais avançados", como a França. Nas décadas

seguintes, países "mais atrasados", como o Brasil e Portugal, também passaram a editar essa modalidade de texto. Inicialmente, os manuais para professores foram escritos para desenvolver os tópicos dos concursos de ingresso na profissão, como é o caso do *Compêndio de pedagogia*, escrito por António Moreira de Sá e publicado em Lisboa no ano de 1870. Outros resultaram de anotações feitas para as aulas, como é o caso das *Lições de pedagogia geral e de história da educação*, escritas por Alberto Pimentel Filho e publicadas em Lisboa no ano de 1919.

Nem sempre a função autor se fez presente na história dos manuais pedagógicos. Note-se o caso de um título no qual não se anuncia o nome de quem escreveu o texto. Consta apenas o seu pseudônimo no título: *Lições de pedagogia colecionadas por um amigo da instrução*. Elas foram publicadas no Rio de Janeiro, pela Livraria Francisco Alves, em 1907, quando manuais para professores ainda eram pouco editados. Talvez se possa afirmar que o "amigo da instrução" deixou de revelar seu nome na capa do livro porque incorporou uma certa "modéstia" característica dos professores como categoria profissional (Vicentini, 2002). Mas a prática de ocultar o signatário foi muito rara nos livros da Escola Normal que, ao longo dos anos, foram destacando a figura de seus autores. Praticamente todas as capas das edições expuseram os nomes de quem as escreveu, dando na maior parte das vezes informações biográficas dos mesmos.


LIÇÕES

PEDAGOGIA

COLLECCIONADAS

Um amigo da instrucção

LIVRARIA FRANCISCO ALVES

1907

Figura 1

Fonte: Página de rosto das *Lições de pedagogia* colecionadas pelo "amigo da instrução", Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1907. A figura do autor foi praticamente apagada com o uso do pseudônimo.





Figura 2 **Figura 3**

Fonte: Estas foram as páginas de rosto dos manuais pedagógicos escritos por João Toledo, *Escola brasileira* (1932) e *Didática* (1930). Na apresentação dos manuais, o nome de seu escritor foi o primeiro a aparecer, seguindo-se de sua biografia. Esse procedimento foi notável na maior parte dos manuais pedagógicos estudados.

Essa foi uma das formas de valorização da figura do autor de manuais de ensino. Tal como se entende aqui, ser um "autor" significa ter um nome e uma obra reconhecidos e não apagados no campo educacional. Trata-se do que P. Bourdieu, n'*As regras da arte* (1996), reconhece como sendo as *condições sociais de produção da crença* no valor de determinados textos e de seus respectivos escritores. No decorrer de sua história, os manuais pedagógicos destacaram a figura de seus autores e alguns desses nomes passaram a ser referidos em outros livros. Para marcar essa transformação, convém retomar mais uma vez as observações de Bourdieu (1990) ao distinguir os *lectores*, ou seja, aqueles que usaram as idéias dos *auctores*, a partir das quais fizeram suas formulações. Pode-se afirmar que, do lugar de compêndios que citavam autores mas não eram citados, alguns manuais pedagógicos começaram a ser mencionados em outros manuais e até mesmo em revistas e outras produções da área. De textos de *lectores*, eles passaram a ser textos de *auctores*. Na história desses livros notam-se duas fases. A primeira é compreendida entre os anos 1870 e meados do século XX, quando esses livros já tinham sido amplamente difundidos entre as alunas normalistas. Numa segunda fase, graças à expansão do uso dos livros nos cursos, alguns títulos, escritos originalmente para desenvolverem programas da Escola Normal e resumirem idéias educacionais, passaram

a ser usados nas bibliografias de outros manuais, configurando-se, portanto, como obras de *auctores*.

Um dos exemplos mais marcantes de títulos que se tornaram obras de *auctores* é a *Introdução ao estudo da Escola Nova*. Escrito por Lourenço Filho, o texto foi publicado pela primeira vez em 1930, apresentado como um "modesto" livro, nada original, resultado das anotações feitas pelo escritor quando ele ministrou conferências, palestras e cursos sobre o movimento escolanovista que, na época, difundia-se em diversas partes do mundo. Essa modesta introdução, como foi originalmente chamada, chegou a 13 edições até o ano de 1979. Em 2002, o livro foi reeditado pela 14ª vez, a título de comemoração e a partir da iniciativa de um grupo de psicólogos que denominavam o livro como a "bíblia dos educadores". Importa pensar, então, sobre os fatores que motivaram uma transformação como essa. A articulação entre várias funções no decorrer de uma trajetória *consagrou* o nome de Lourenço Filho no campo educacional brasileiro e conferiu ao seu livro *Introdução ao estudo da Escola Nova* um reconhecimento jamais atingido por outro manual pedagógico. O autor não foi considerado apenas um "grande educador", mas também um "grande intelectual brasileiro", dentre aqueles convocados pelo Estado para o serviço público. Na época foi criado no país um "mercado central de postos públicos", composto pelos ministérios da Educação e Saúde Pública (1930), do Trabalho, da Indústria e Comércio (1930), da Aeronáutica (1941), bem como de uma série de organismos ligados à Presidência da República. Esse foi o espaço de atuação mais característico dos intelectuais e educadores de destaque da época e seguiu uma lógica de burocratização e racionalização muito diferente das concessões de postos oferecidas pelos chefes políticos oligárquicos (Miceli, 1979). Assim, a carreira de Lourenço Filho configurou-se a partir das relações mantidas com o Estado, quando, durante o regime Vargas, a cultura foi tomada como um domínio "oficial". Quando foi contratado para efetivar a Reforma da Instrução no Ceará, nos anos 20, Lourenço Filho foi um dentre outros jovens egressos dos bancos acadêmicos, escolhidos por alguns governos estaduais e dirigentes oligárquicos para "modernizar" as atividades públicas (Miceli, 1979, p. 167-168).

Os escritores que assinaram manuais e, ao mesmo tempo, tiveram mais reconhecimento no campo educacional ascenderam em sua vida profissional. Suas formações não se limitaram à área da Pedagogia. Muitos deles transitaram também no Direito, na Medicina, na Teologia, na Psicologia, na Sociologia. Ao deixar o lugar de professores para assumirem postos mais elevados da administração do ensino,

aqueles que assinaram manuais pedagógicos, em boa parte das vezes, ultrapassaram a formação restrita à Escola Normal para outra mais elevada, de nível acadêmico. Outra peculiaridade é que alguns títulos consagraram-se quando seu escritor produziu uma vasta e reconhecida obra, composta também por livros de natureza científica e acadêmica. Eles também trabalharam em diferentes instituições, nacionais e internacionais. As idas ao exterior foram comuns para realizar cursos, participar de congressos, conhecer trabalhos e experiências educacionais, estabelecer intercâmbios com estudiosos reconhecidos entre os educadores. Com essa mobilidade, a partir da constituição do campo educacional e dos posicionamentos aí tomados é que alguns escritores de manuais de ensino tornaram-se *auctores*. Esses livros puderam ser citados por outros e isso só foi possível em sociedades modernas, com projetos de escolarização e formação do magistério bem definidos.

QUADRO 1 - TRAJETÓRIAS DE ESCRITORES DE MANUAIS PEDAGÓGICOS NO CAMPO EDUCACIONAL

De professores	*A profissionais da administração do ensino*
De uma formação em Escola Normal	*A uma formação em nível acadêmico*
De textos com circulação limitada	*A uma produção mais vasta e reconhecida*
De áreas específicas do saber	*A outras áreas*
De seu país	*A outros países*

Entre os autores de manuais mais famosos, poucos atuaram como professores primários, ou melhor, foram poucas as vezes em que esse tipo de informação apareceu em notas biográficas, deixando entrever o pouco prestígio dessa atividade no campo educacional. No Brasil, pelo que se sabe, apenas uma professora atuante nesse nível, com exercício em zona rural, Josefina de Castro e Silva Gaudenzi. Os portugueses Antônio Sá, José Maria da Graça Afreixo e Henrique Freire lecionaram nas primeiras séries do sistema de ensino, sendo que os dois últimos assinaram um manual juntos, em 1870. Eles representaram a primeira geração de docentes com formação profissional para o magistério, fundamentando as bases da rede pública da instrução primária e do Ensino Normal em seu país nas décadas finais do século XIX. A atuação em Escolas Normais só foi possível graças ao desenvolvimento desses cursos, a partir das primeiras décadas do século XX. Pelo que se sabe a partir das biografias consultadas, foi bem maior o número de escritores de manuais que lecionaram em cursos de formação docente. No Brasil,

tivemos: Afro do Amaral Fontoura, Alaíde Madeira Marcozi, Alberto Conte, Amadice Amaral dos Reis, Ana Maria Diniz Porto Passos, Angelina de Lima, Antônio D'Ávila, Benedito de Andrade, Brisolva de Brito Queirós, Circe de Carvalho Pio Borges, Dario Veloso, Djacir Menezes, Eunice Mendes Fagundes, Everardo Backheuser, Haidé Galo Coelho, Imídeo Giusepe Nérici, Irene de Albuquerque, Josefina de Castro e Silva Gaudenzi, Leni Werneck Dorneles, Luís Alves de Matos, Manuel Bergström Lourenço Filho, Manuel Bonfim, Maria Lúcia de Freitas Köhn, Maria de Nazaré Moura, Marion Vilas Boas Sá Rego, Moisés Xavier de Araújo, Nora de Castro Jataí, Onofre de Arruda Penteado Júnior, Pedro Anísio, Rafael Grisi, Romanda Pentagna, Teobaldo Miranda Santos e Wanda Rolin Pinheiro Lopes. José Afreixo, Henrique Freire, António Paim da Câmara, José Augusto Coelho, Orbelino Ferreira, José Maria Gaspar, Bernardino Lage, António Leitão, Pimentel Filho e Rafael Soeiro foram alguns dos escritores portugueses que também ministraram aulas para futuros professores.

Além da docência, as notas biográficas enfatizaram os postos ocupados pelos escritores no sistema de ensino. Entre as informações mais destacadas estiveram aquelas relativas às atividades de inspeção (Henrique Freire, em Portugal, e João Toledo no Brasil), ou de direção de Escola Normal (José Augusto Coelho, Orbelino Ferreira, António Leitão, Adolfo Lima, Francisco Loureiro e Faria de Vasconcelos, em Portugal; e Josefina de Castro e Silva Gaudenzi e Teobaldo Miranda Santos no Brasil), de cursos superiores (Faria de Vasconcelos, além do brasileiro Luís Alves de Matos). Amaral Fontoura foi Delegado do Governo junto a várias Escolas Normais; Angelina de Lima foi diretora de curso de orientação educacional; Antônio D'Ávila foi Diretor do Serviço de Orientação Pedagógica do Departamento de Educação de São Paulo; Luís Alves de Matos foi Diretor do Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Manuel Bonfim foi Diretor do Pedagogium e do Laboratório de Psicologia Experimental; Maria Lúcia Guida Costa Pontes foi Diretora-secretária do Curso de Orientação Educacional de São Paulo; Romanda Pentagna foi Diretora do Instituto de Educação de Niterói. As tarefas cumpridas nas instituições escolares e os encargos assumidos no serviço público de ensino corresponderam a outros fatores cruciais na configuração dos autores de manuais. Nessa perspectiva, escritores como Afro do Amaral Fontoura e Moisés Xavier de Araújo, como técnicos em educação que atuaram nos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais e em órgãos estatais de fomento e controle dos sistemas de ensino, constituíram e legitimaram uma forma especializada de tratar os temas educacionais com base na Psicologia Científica e na Sociologia. Conforme assinalou Lugli (2002) quando estudou os CRPE's, esses conhecimentos especializados

"desautorizaram" e colocaram em segundo plano os conhecimentos dos professores primários construídos a partir de suas experiências.

Os signatários de manuais pedagógicos mais conhecidos dedicaram-se não só à educação, mas tiveram origens diversas (sobretudo da área de Direito) e passaram a se dedicar ao magistério, construindo trajetórias de sucesso e progressão na carreira. A exceção mais evidente dessa regra foi a de Augusto Coelho, que desenvolveu relações conturbadas com seus colegas e acabou sendo, de certa forma, pouco lembrado, não obstante ter lecionado em Escola Normal e ter escrito textos de Pedagogia. Pimentel Filho pareceu ser outra exceção porque, embora tenha tido uma formação privilegiada, em Medicina, não teve produção bibliográfica significativa em sua área de origem nem ascendeu na carreira de professor. Pelo que se sabe, ele só exerceu a função de professor de Escola Normal. Nas décadas finais do século XIX a produção de manuais para professores realizou-se de modo ainda incipiente, em função do início da estruturação do campo educacional, no qual se definiram os projetos para o sistema escolar público e preparo e atuação de seus profissionais. Nesse momento, aqueles que escreveram esses livros não foram educadores "puros", no sentido de terem tido formação específica na área. Um caso exemplar foi o de Domingos Baganha: filho de professores primários, optou pela Engenharia e Agricultura e escreveu seu compêndio para auxiliar suas irmãs no concurso que prestaram para ingresso na carreira docente em Portugal. Em geral, a formação em outros campos do conhecimento, que não a educação, conferiu mais legitimidade ao conteúdo dos manuais, colaborando para que seus escritores se transformassem em autores.

Além disso, as biografias examinadas assinalaram o fato de apenas alguns dos escritores terem cursado a Escola Normal ou a Escola do Magistério, como foi chamada em Portugal (José Maria da Graça Afreixo, Orbelino Ferreira, Henrique Freire, José Maria Gaspar e Bernardino Lage). Graça Afreixo, conforme se já assinalou há pouco, freqüentou Escola Normal, mas dedicou-se também aos estudos em Seminário e em Faculdade de Direito, curso que, aliás, foi uma das grandes preferências dos autores em pauta. António Paim da Câmara, António Leitão, Adolfo Lima e Antônio Faria de Vasconcelos. No Brasil, Djacir Menezes formou-se advogado e escreveu, nos idos de 1930, um manual para professores. Além do brasileiro e monsenhor Pedro Anísio e do português Graça Afreixo, freqüentaram o Seminário José Augusto Coelho (que chegou a ingressar num curso de Teologia, mas não o concluiu), José Maria Gaspar e Faria de Vasconcelos, que não foi propriamente aluno de Seminário, mas de um colégio de padres. Provavelmente, essa tendência relacionou-se a tradições familiares – com as

quais o último autor citado rompeu – bem como com as relações historicamente estabelecidas entre a religião católica e o magistério. Em nível superior, os outros cursos realizados pelo grupo foram Filologia Românica (Francisco Loureiro), Escola Politécnica (Alberto Pimentel Filho), Escola Médico-Cirúrgica (Alberto Pimentel Filho), Medicina (Lourenço Filho) e Ciências Sociais (Faria de Vasconcelos). Rafael de Barros Soeiro formou-se em Ciências Pedagógicas. Na verdade, esse foi um dos nomes mais jovens do grupo português e, sendo assim, pôde optar por um curso então recém-criado. Institucionalmente, esses nomes vincularam-se, em nível superior, às duas principais universidades do país, a de Coimbra (António Paim da Câmara, José Augusto Coelho, José Maria Gaspar, António Leitão, Adolfo Lima e Rafael de Barros Soeiro) e a de Lisboa (Domingos Baganha, Alberto Pimentel Filho e Faria de Vasconcelos). As Escolas Normais situaram-se em pólos mais dispersos: além das de Lisboa (Bernardino Lage) e Coimbra (Orbelino Ferreira, José Maria Gaspar), nas biografias dos escritores de manuais foram citados os cursos de São Vicente de Lisboa (José Afreixo) e Marvilha (Henrique Freire).

A carreira dessas pessoas articulou, dessa maneira, vários lugares de formação. E isso aconteceu na literatura pedagógica como um todo, de modo a garantir um caráter científico e mais legitimado no tratamento dado às questões educacionais (Nóvoa, 1995, p.29), ajudando a entender o fascínio que alguns signatários de manuais para professores exerceram na literatura educacional, quando puderam pontuar as contribuições da Psicologia, Biologia e Medicina (Pimentel Filho e Lourenço Filho, médicos que desenvolveram muito as questões do desenvolvimento infantil), bem como da Sociologia (Lourenço Filho, com sua formação em Direito, pôde assinalar os efeitos do espaço social sobre a escolarização dos jovens). Assim, o reconhecimento de determinados autores de manuais definiu-se de acordo com o capital cultural dessas pessoas, o qual foi tanto mais reconhecido quanto mais se identificaram seus vínculos com outras áreas, que não a Pedagogia, notadamente a Sociologia e a Psicologia. Além disso, o fato de estar, em algum momento da vida profissional, "fora" do campo pedagógico permitiu a alguns escritores, como Pimentel Filho, um olhar exterior e um tipo de crítica que não foi comum entre os "pedagogos puros".

Convém examinar os contatos desses nomes com o exterior. As viagens à Europa e aos Estados Unidos, consideradas na época uma espécie de "sociedades de referência" na construção dos modelos escolares e da teoria educacional, o aprendizado dos modelos de explicação dos fenômenos educacionais, o contato com os "grandes" autores do campo e experiências pioneiras em escolas: tudo isso impregnou as obras dos escritores de manuais mais reconhecidos, conferindo-lhes maior legitimidade. Pelo que

se sabe, alguns nomes estabeleceram intercâmbios diretos com outros países, como a Espanha (José Maria Gaspar e Everardo Backheuser), a França (José Maria Gaspar, Faria de Vasconcelos), a Bélgica (Faria de Vasconcelos), Bruxelas (Faria de Vasconcelos), Suíça (Faria de Vasconcelos) e o Brasil (Henrique Freire e Orbelino Ferreira), Portugal (Lourenço Filho) e Estados Unidos (Lourenço Filho) o que não significou necessariamente que os nomes não relacionados aqui não tenham estabelecido nenhum tipo de comunicação com outros países, que, no caso, pode ter se limitado à leitura de bibliografia estrangeira e/ou traduções. Esses contatos foram um dos aspectos fundamentais da carreira e produção dos autores dos manuais pedagógicos, pois sem essa iniciativa teria sido impossível a circulação de saberes em nível intra e internacional. Em outras palavras, foi justamente esse um dos processos que permitiram a difusão mundial da escola. De fato, a circulação internacional de intelectuais não foi um traço exclusivo dos educadores e dos "grandes" nomes da educação. Esse "cosmopolitismo" não foi, portanto, uma invenção moderna, e tem evidenciado, na experiência de determinados povos desde a Antigüidade, oportunidades de estímulo ao comércio, às artes e diversificação dos hábitos e crenças, tal como os gregos e romanos ricos, quando, realizaram suas viagens como forma de ilustração.

O exame das iniciativas dos escritores no que se referiu às suas viagens, formação e atuação no campo educacional deixou entrever que o simples fato de ser citado por outros manuais não significou que um título e seu signatário tenham sido reconhecidos entre os educadores. José Augusto Coelho, "figura paradoxal" (Correia, 2003), foi um caso exemplar. As relações conturbadas com seus colegas explicaram, em parte, porque Coelho morreu quase no esquecimento. As referências aos seus livros foram feitas, na maior parte das vezes, por ele mesmo, nos manuais escritos para os professores. Na verdade, os *Elementos de pedagogia* (1894) e as *Noções de pedagogia elementar* (1903) foram textos escritos a partir de um tratado feito pelo autor em quatro extensos volumes, intitulado *Princípios de pedagogia* (1894-1896).

> A discrição que se verifica por ocasião do falecimento de José Augusto Coelho contrasta, de modo singular, com o lugar que, não raro, lhe é atribuído de iniciador, em Portugal, da Pedagogia com caráter científico. Há razões que podem estar na origem deste aparente paradoxo. José Augusto Coelho não tem formação acadêmica universitária, não surgindo como freqüentador de nenhuma das inúmeras tertúlias que reúnem as principais figuras intelectuais e políticas da época. Por isso, pode ser considerado, de algum modo, marginal relativamente aos jogos de poder, construídos nas malhas das redes de sociabilidade informal e institucional, que marcam as carreiras e o protagonismo dos indivíduos que influenciam o funcionamento das instituições. Talvez por entender que não lhe fora reconhecido o mérito, deixando-o de parte na definição política educativa do governo de João Franco e, sobretudo,

> por não ter sido chamado a participar da reforma do ensino secundário de 1894, José Augusto Coelho desenvolve uma crítica impiedosa da política seguida por João Franco e da reforma concebida por Jaime Moniz. Saliente-se que, à data da sua morte, as teorias e as práticas educacionais, os modelos pedagógicos e as problemáticas renovadas fazem com que a sua obra se encontre remetida para uma relativa obscuridade, desatualizada que está perante as novas tendências experimentais e circunscrita historicamente nos modelos teóricos que utiliza como referência (Correia, 2003, p.360-361).

Esta foi uma marginalidade peculiar, pois

> José Augusto Coelho socorre-se do modelo positivista de ciência para a formulação de leis que determinam a evolução e regem, no presente, o desenvolvimento da Pedagogia. (...) José Augusto Coelho é, em Portugal, o iniciador, de fato, do discurso pedagógico que supera o mero empirismo e se inspira num modelo teórico que enquadra, orienta e legitima as práticas educativas escolares. Introduz, igualmente, uma preocupação nova quanto à necessidade de um maior rigor terminológico e conceptual no ensino e discussão das práticas educativas e de ensino. Ele é o autor que melhor representa o esforço de sistematização e racionalização das questões relativas ao território educativo num momento histórico e social em que é crucial para o Estado fazer vingar os princípios que legitimem a imposição da escolaridade obrigatória como paradigma de socialização, permitindo-lhe ao mesmo tempo exercer o controle total dos agentes que a realizam, os professores. Alguns dos livros de José Augusto Coelho conheceram inúmeras edições, sendo o mais lido e divulgado no ensino normal, no campo da pedagogia e das metodologias. O seu trabalho contribuiu para a formação de várias gerações de professores primários e para a consolidação de uma determinada concepção de "pedagogia". A sua obra situa-se na ligação entre o "pensamento pedagógico" e a "formação de professores". Não espanta, por isso, que várias vezes tenha declarado que há um princípio inegável: "a pedagogia é de direito a primeira disciplina numa escola de ensino normal" (Correia, 2003, p.360-361).

Além das modalidades de atuação no campo educacional e dos diálogos com diferentes áreas de conhecimento e com outros países, outro aspecto determinante referiu-se às iniciativas ligadas à produção dos manuais, ou seja, se os mesmos resultaram de anotações para aulas ou do cumprimento de exigências legais para o ingresso e permanência na carreira docente em Escolas Normais, por exemplo. Articulada aos capitais culturais e de relações dos escritores, essa característica colaborou para a configuração de um livro mais "pragmático" ou mais "teórico". Os livros de caráter pragmático (porque se reportaram mais à prática de ensino) foram escritos sobretudo por pessoas ligadas quase que exclusivamente à Escola Normal, as quais muitas vezes acabaram por serem esquecidas no campo. Exemplos disso foram os manuais assinados por mulheres. Os livros de caráter mais "teórico" (porque mobilizaram saberes de outras áreas e usaram uma linguagem mais acadêmica) foram escritos por pessoas formadas em outras áreas de conhecimento que não a Pedagogia, notadamente o Direito e a Medicina, que atuaram em Escolas Normais, mas também no ensino superior e possuíram uma produção bibliográfica mais vasta em termos de variedade de assuntos e número de títulos publicados. Assim, a constituição dos manuais

pedagógicos como objeto de leitura dependeu das trajetórias percorridas por seus escritores no campo educacional. Essas trajetórias dos autores, tal como se procurou mostrar até aqui, foram heterogêneas e determinaram diferentes tipos de reconhecimento desses livros entre os educadores.

Certamente, os estudos sobre os manuais de ensino de geografia podem revelar a importância das trajetórias de seus autores na constituição de seus textos. Quem escreveu esse tipo de livro didático? Quando eles começaram a ser escritos e divulgados? Que tipo de destaque eles têm nas escolas? Qual é a natureza de seus conteúdos? Como eles são construídos? Com quais finalidades? As observações sobre os manuais pedagógicos podem ser inspiradoras e não há dúvidas de que os manuais de metodologia da geografia trazem especificidades que vale a pena conhecer para compreender como os professores vem sendo formados para ensinar seus alunos. Os artigos aqui reunidos são importantes contributos para a reflexão assim colocada e participam de um campo de conhecimentos extremamente fértil acerca dos materiais e práticas da escola.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. As técnicas de produção do livro e as relações entre mestres e discípulos. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol.IV, n.12, jun/1945, p.329-345.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **As regras da arte.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros.** Brasília: Editora UNB, 1988.

CORREIA, António Carlos, COELHO, José Augusto; NÓVOA, António (dir.). **Dicionário de educadores portugueses**, Lisboa, ASA Editores, 2003, pp. 359-361.

CORREIA, António Carlos; SILVA, Vivian Batista. **Manuais pedagógicos:** Portugal e Brasil 1930 a 1971 – produção e circulação internacional de saberes pedagógicos. Lisboa: Educa, 2002 (Série Cadernos Prestige).

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** S.1, Passagens, 1992.

HAMILTON, David. **Towards a theory of schooling.** Londres, Nova Iorque, Filadélfia: The Falmer Press, 1989.

HEGETO, Leia de Cassia Fernandes. **A didática como disciplina escolar:** estudo a partir dos manuais de Didática Geral. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. 2014.

LUGLI, Rosario. **O trabalho docente no Brasil:** os discursos dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971). Tese de doutorado, São Paulo: FEUSP, 2002.

MEYER, John; RAMIREZ, Francisco; SOYSAL, Yasemin. **World expansion of mass education**, 1870-1980. Sociology of education. Vol. 65 (2), abr/1992, p.128-149.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

NÓVOA, António. Uma educação que se diz nova. In: CANDEIAS, António, NÓVOA, António, FIGUEIRA, Manuel. **Sobre a educação nova.** Lisboa: Educa, 1995. pp.25-41.

OSSENBACH, Gabriela; SOMOZA, M. **Los manuales escolares como fuente para la Historia de la Educación en America Latina.** Madrid: Universidad Nacional de Educación a distancia, 2001.

ROULLET, Michèle. **Les manueles de pédagogie (1880-1920):** apprendre à enseigner dans les livres? Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

SILVA, Vivian Batista da. Escritos modestos sobre grandes auctores: a produção dos manuais pedagógicos no Brasil e em Portugal (1870-1970). In: **Anais** XVI Coloquio Nacional de Historia dela Educación, 2011, El Burgo de Osma. Arte y oficio de enseñar. Dos siglos de perspectiva histórica. Soria: Figura & Fondo, 2011. v. II. p. 309-317.

_____. **História de leituras para professores:** um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos. Dissertação de mestrado. São Paulo: FEUSP, 2001.

_____. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos:** construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970), tese de doutorado. São Paulo: FEUSP, 2005.

SILVA, Vivian Batista da; GALLEGO, Rita de Cassia. Construções da ideia de criança normal nas escolas primárias brasileiras: uma análise a partir dos manuais pedagógicos entre finais do século XIX e início do XX. In: **Cadernos de História da Educação** (UFU. Impresso), v. 10, p. 10-20, 2011.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. no. 14, mai-jun-jul-ago/2000, p.61-88.

VICENTINI, Paula Perin. **Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963).** Tese de doutorado. São Paulo: FEUSP, 2002.

VICENTINI, Paula Perin; SILVA, Vivian Batista da. Os professores frente às diferenças: um estudo sobre as construções da vida escolar nos manuais pedagógicos portugueses e brasileiros (1870-1970). In: **Anais** VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2007, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2007.

Recebido em 11 de agosto de 2014.

Aceito para publicação em 12 de dezembro de 2014.